

PACOTE DE NATAL DA CAIXA DESESTRUTURA A EMPRESA E COLOCA EMPREGADOS NO LIMBO

Medidas adotadas nos últimos dias pela direção da Caixa - sem planejamento, de forma unilateral e abusiva - promovem verdadeiro despejo em diversas áreas, muitas ameaçadas de extinção, levando insegurança e pânico aos empregados.

Os trabalhadores e suas entidades representativas foram surpreendidos com o desencadeamento de um processo de reestruturação aprovado pelo Conselho Diretor da empresa, sem negociação e sem esclarecimentos, envolvendo todas as áreas da Caixa, sobretudo as ligadas à Rede de Varejo (Vired), à Tecnologia e Digital (Vitec), à Logística e Operações (Vilop), à Inovação (Vinov) e à vice de Governo (Vigov).

Na Vired, a reestruturação, cuja chancela mais apropriada é desestruturação, extingue parte das Superintendências de Rede, com a aplicação (em cascata) do chamado "Revalida" para o provimento das funções de superintendente a partir do dia 20/12. O número de SRs existentes em fevereiro deste ano já havia caído de 84 para 54 e, agora, será reduzido a 27.

A previsão é de que, na Vitec, algumas áreas serão extintas. No caso da Gitec, a ideia é transferir parte de suas atribuições para centralizadoras que seriam criadas. Parte dos empregados iria para a centralizadora, muitas vezes sediada em outro município, e a outra parte teria que buscar vaga em outra unidade. Já na Cedes e na Cepti, também haveria um encolhimento da área, com a perda de empregados e a transferência de sua lotação administrativa para outros locais, criando o conceito de "comunidades".

Na Vilop, o objetivo é extinguir filiais, como a Gilog, Giseg e Gilie, e transferir parte de suas atividades para centralizadoras que seriam criadas. Os empregados teriam que buscar vaga em outra unidade, caso não migrassem para uma das novas estruturas.

REMOÇÕES SEM AVISO PRÉVIO

Dentro da desestruturação que a Caixa está promovendo, cerca de 170 imóveis não terão seus aluguéis renovados e outros prédios serão vendidos. A informação da devolução dos prédios veio apenas na última sexta-feira (27/11), durante a apresentação do balanço do terceiro trimestre.

No início da semana passada, muitos empregados chegaram para trabalhar já com o aviso de mudança, sem saber para onde seriam transferidos. "Os bancários e bancárias temem que a medida possa interferir na vida funcional e nas remunerações. Há o receio de serem transferidos para outras cidades e de perderem suas funções, faltando poucos dias para o fim do ano. A situação é de total insegurança, de pânico", diz a diretora da Fetec-CN **Maria Gaia**.



O processo de despejo também está atingindo as gerências Executivas de Governo (Gigov) e gerências Executivas de Habitação (Gihab), áreas responsáveis pelo planejamento urbano dos municípios.

Para o presidente do Sindicato, **Kleyton Moraes**, "essas iniciativas arbitrárias tomadas pela direção da Caixa são passos que avançam muitas casas no processo de desmonte da empresa pública e a resposta a isso será a intensificação da luta de resistência, com ampla e forte mobilização em defesa da instituição e dos seus trabalhadores".

PROTESTO EM MESA DE NEGOCIAÇÃO

Além de enviar ofícios ao presidente da Caixa, Pedro Guimarães, e à Gerência Nacional de Relações Trabalhistas (Geret) para cobrar explicações sobre as alterações nas lotações e a desocupação de prédios e salas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramos Financeiro (Contraf-CUT) e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa) registraram protesto contra as medidas também na mesa de negociações permanentes, na quinta-feira (3).

As representações dos empregados exigiram respeito ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente, lembrando que o mesmo garante a discussão em mesa de negociação dos impactos na vida funcional dos empregados decorrentes de processos de reestruturação realizados pela direção da empresa. E propuseram a imediata suspensão do processo de "reestruturação" e abertura de diálogo para solução dos problemas gerados pelas medidas unilaterais e intempestivas.

"A Caixa segue inflexível nas medidas que adotou e não demonstra disposição efetiva para o diálogo acerca das consequências para os empregados e para a própria empresa. Isso nos impõe a necessidade de forte mobilização a partir dos locais de trabalho, especialmente nas áreas diretamente atingidas, e com envolvimento de todos, por todos os cantos do país", diz **Fabiana Uehara**, secretária-geral do Sindicato e coordenadora da CEE-Caixa.



SINDICATO REFORÇA COMBATE AO NORMATIVO CR 444 000

O normativo CR 444 000, publicado em outubro pelo banco, como Programa de Incentivo às Práticas de Vendas Qualificadas (PQV), é tido como inaceitável pelo Sindicato. O PQV cria o conceito de “falha comportamental”, que pode ser apontada e corrigida por procedimento correcional ou instauração de processo administrativo. O assunto foi debatido na mesa de negociação



permanente de quinta-feira (3), sem predisposição da empresa para a discussão de revogar o normativo, conforme pleiteado pelas entidades sindicais.

“Não iremos permitir a aplicação de um programa que permite a punição de empregados por condutas monitoradas de forma subjetiva. Orientamos os bancários e as bancárias a denunciarem atos de gestão baseados no PQV, para que possamos intensificar as ações de combate aos abusos perpetrados pela empresa”, frisa **Antônio Abdan**, diretor de Relações com a Comunidade do Sindicato.

A avaliação de Abdan é de que o programa aumenta a pressão sobre os empregados, que, além de se preocuparem em alcançar metas cada vez mais exorbitantes, agora precisam torcer para que o cliente não se arrependa e desfaça o negócio. “O programa coloca no trabalhador a responsabilidade pelo insucesso do pós venda, desconsiderando



o produto, o sistema e, até mesmo, as dificuldades econômicas pelo qual passa a sociedade. O que pode gerar vendas ruins são metas abusivas reajustadas de última hora, a poucos dias do fim do exercício. Isso aconteceu agora. O que pode gerar uma venda mal feita é o assédio feito pela empresa, que condiciona a função a resultados impossíveis de serem alcançados”, afirma o dirigente, que representa a Fetec-CUT/CN na mesa de negociação.

MUDANÇAS NAS METAS PREJUDICA AVALIAÇÃO E TENSIONA EMPREGADOS

Sem diálogo e sem aviso aos empregados, a Caixa promoveu em novembro novo aumento nas metas estabelecidas anteriormente. Em reunião com as áreas pertinentes, segundo a conselheira de Administração eleita, Rita Serrano, a direção da empresa havia assegurado que as metas seguiriam as mesmas até o final do ano.



com **Rafaela Gomes**.

De acordo com as últimas denúncias dos empregados, com as alterações recentes no Conquiste, as agências caíram 10 pontos, em média. Antes das mudanças, quase todas estavam em Alta Performance, e muitas com as metas batidas até o final do ano. Agora, quem ainda não saiu da Alta Performance, está se mantendo por muito pouco.

Itens que até recentemente faziam parte do Conquiste e eram

bastante cobrados, como o “home broker”, foram excluídos, enquanto outros itens foram incluídos. A cobrança sobre o “home broker” ocorreu com mais força no período em que havia, pela direção do banco, a perspectiva da primeira venda ações de áreas do banco, como a Caixa Seguridade, (IPO – sigla em inglês).

“Gestores falam em metas desafiadoras, mas o que vemos são metas pra lá de adoecedoras e que desconsideram, inclusive, o cenário de pandemia que ainda vivenciamos”, diz a coordenadora da CEE-Caixa, **Fabiana Uehara**.

Para **Rafaela Gomes**, “a imposição de metas exorbitantes gera desorientação e faz com que o assédio moral se acentue no ambiente de trabalho”.



EXTINÇÃO DA MP 995 FORTALECE O COMBATE À PRIVATIZAÇÃO DA CAIXA. BATALHA É INCESSANTE

Defenda a



CAIXA

100%

PÚBLICA

você também



Foi extinta na quarta-feira (2) a Medida Provisória (MP) 995, que abria caminho para a privatização da Caixa com autorização para que subsidiárias da empresa constituíssem outras subsidiárias, inclusive pela incorporação de ações societárias empresariais privadas.

Editada no início de agosto, com validade até dezembro, a MP recebeu mais de 400 emendas, tanto por parte de deputados como de senadores dos mais variados partidos, contrários ao seu conteúdo. A extinção se deu por falta de condições políticas para votação e aprovação do texto dentro do prazo previsto, tendo como fator determinante a forte resistência imposta por ações das representações dos empregados junto ao Congresso Nacional e à sociedade, com destaque para a atuação do Sindicato dos Bancários de Brasília na capital federal.

A MP 955 dava vazão

à sanha privatista com um drible no Supremo Tribunal Federal (STF), que havia decidido que as estatais do país só poderiam ser vendidas após aprovação do Congresso. O texto viabilizava, por exemplo, a venda da Caixa Seguridade, que responde por 20% dos lucros da Caixa.

“A extinção da MP 955 joga por terra a manobra da equipe econômica comandada pelo banqueiro Paulo Guedes e fortalece a nossa luta em defesa da Caixa, mas sabemos que o combate à destruição da empresa pública por aqueles que buscam a todo custo privatizá-la deve ser incessante e cada vez mais abrangente, em estreita relação com o movimento dos trabalhadores de todas as estatais contra as privatizações, tendo como foco o envolvimento da sociedade e a pressão política no âmbito do parlamento”, ressalta o presidente do Sindicato, **Kleyton Moraes**.

POPULAÇÃO QUER CAIXA PÚBLICA

Em pesquisa divulgada em setembro pela Exame/Ideia, projeto que une a Exame Research, braço de análise de investimentos da Revista Exame e o Instituto Ideia, especializado em opinião pública, constatou que a maioria da população brasileira (49%) é contrária à privatização da Caixa Econômica Federal. Enquanto 22% disseram ser a favor e 19% dos entrevistados ficaram neutros, 9% não souberam opinar a respeito.

A pesquisa foi realizada com 1.235 pessoas, por

telefone, em todas as regiões do país, entre os dias 24 e 31 de agosto. Os entrevistados também foram ouvidos sobre as privatizações da Petrobras e da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). E mostraram, de um modo geral, serem contrários às privatizações.

Em relação à Petrobras, por exemplo, o trabalho revelou que 41% dos ouvidos disseram ser contrários à privatização e 28% a favor. Outros 20% disseram não ser nem a favor nem contra e 12% que não souberam responder.

COMBATE A DESCOMISSIONAMENTO ARBITRÁRIO SERÁ OSTENSIVO, GARANTE SINDICATO

O processo de reestruturação em curso nas áreas ligadas à Vired, à Vitec e à Vilop deixa caminho aberto para os descomissionamentos arbitrários já tão frequentes na Caixa. Essa é uma ameaça que tira o sono dos bancários e bancárias mesmo nos períodos de “normalidade” e que agora se torna mais presente, já que muitos empregados atingidos pelo despejo de suas unidades podem ser transferidos para outras cidades, sem garantia da empresa de que suas funções serão preservadas.

O Sindicato exige da Caixa definição clara acerca da manutenção da fun-

ção de todos os trabalhadores que vierem a ser transferidos. “Qualquer interferência na vida funcional e na remuneração será combatida de forma contundente, com ações sindicais nos locais de trabalho e também com ações judiciais”, assegura **Rafaella Gomes**.

A diretora lembra ainda que a atenção da entidade estará voltada para todo e qualquer descomissionamento arbitrário. “Vamos intensificar o combate aos descomissionamentos que ocorrem corriqueiramente, ancorados na falácia do feedback estruturado para burlar a garantia legal que temos de incorporação da função”.

ALIMENTOS ARRECADADOS EM CAMPANHA SOLIDÁRIA DO SINDICATO SÃO ENTREGUES A INSTITUIÇÕES SOCIAIS NO DF



O Comitê de Solidariedade Bancária de Combate ao Coronavírus do Sindicato dos Bancários de Brasília realizou mais uma ação da campanha solidária ‘Quem tem fome tem pressa’. A ação aconteceu no último dia 27 de novembro e, ao todo, foram entregues 81 cestas básicas, sendo 11 cestas de alimentos para o Centro de Ensino Fundamental 03; 21 cestas à Casa de Caridade São Lázaro; 30 para a Comunidade Terapêutica Feminina Casa de Abigail e 20 para a Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno.

A campanha solidária do Sindicato foi lançada oficialmente no dia 1º de Maio com a ajuda da categoria

bancária, e tem como objetivo principal formar um fundo financeiro emergencial para levar segurança alimentar e sanitária às pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia de coronavírus.

De lá para cá, inúmeras famílias e instituições sociais já foram beneficiadas, catadores de materiais recicláveis, pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica, abrigos para a terceira idade, quilombos, LGBTs, creches, além das categorias formais e informais impactadas pelo desemprego ou pela retirada de direitos vivenciados atualmente.

SINDICATO COMEMORA 59 ANOS DE UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

O Sindicato dos Bancários de Brasília completou 59 anos no dia 23 de novembro. É uma história repleta de lutas e conquistas importantes, que faz dos bancários referência enquanto uma das categorias mais organizadas e fortes nacionalmente, atuando no enfrentamento de pautas como a retirada de direitos dos trabalhadores e o abandono da soberania nacional e entrega do Estado, ameaçados pelos projetos de privatizações, por exemplo, dos bancos públicos.

Em 2020 o Sindicato comemora 59 anos e também um segundo marco histórico: os 40 anos da retomada democrática

da entidade para as lutas da categoria, depois que ficou 16 anos sob intervenção da ditadura militar e seus prepostos.

“A caminhada do Sindicato das bancárias e dos bancários até aqui nos ensina a importância desse sujeito histórico e coletivo tanto para a categoria bancária quanto para a sociedade do Distrito Federal”, pontua o presidente do Sindicato, **Kleyton Morais**

